

**POLÍTICAS CURRICULARES DE
EDUCAÇÃO BÁSICA:
recontextualização da BNCC
no território de Santa Catarina**

**POLÍTICAS CURRICULARES DE
EDUCACIÓN BÁSICA:
recontextualización de la
BNCC en el territorio de Santa
Catarina**

**POLÍTICAS CURRICULARES DE
EDUCACIÓN BÁSICA:
recontextualización de la
BNCC en el territorio de Santa
Catarina**

Resumo: No texto, apresenta-se a sistematização da fala do autor em mesa de trabalho no IX Colóquio de Currículo e Práticas Curriculares promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Curriculares (GEPPC) da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba em novembro de 2020. O tema da intervenção foi a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC em Santa Catarina - movimento que no estado está sendo denominado Implantação do Currículo Base do Território Catarinense. Os pontos de destaque e que orientam a organização do presente artigo são respectivamente: uma breve análise da política curricular brasileira e catarinense, ambas vistas como alinhadas aos discursos internacionalizantes de uma agenda transnacional reformista; a mobilização do pensamento internacional privatista na produção da BNCC no Brasil, e finalmente aspectos da recontextualização dos textos da BNCC no território catarinense. Afirma-se que Santa Catarina faz eficientemente sua tarefa institucional/normativa, acolhendo a lógica da política curricular nacional, com alguma manifestação de crítica e resistência oriundas especialmente dos espaços da academia e sindical.

Palavras-chave: Currículo. Política curricular. Currículo do território catarinense. BNCC.

Recebido em: 11/03/2021

Aceito em: 21/03/2021

Publicação em: 24/03/2021



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-

1579.2021v14n1.56496

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Juares da Silva Thiesen

Doutor em Educação

Professor da Universidade Federal de
Santa Catarina, Brasil.

E-mail: juares.thiesen@ufsc.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9299-4441>

Como citar este artigo:

THIESEN, J. S. POLÍTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO BÁSICA: recontextualização da BNCC no território de Santa Catarina. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 1, 2021. p. 1-9. ISSN2177-2886. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.56496

Summary: In the text, the author's speech is systematized in a work table at the IX Curriculum Curriculum and Practices Colloquium promoted by the Curriculum Policies Research and Research Group (GEPPC) of the Faculty of Education of the Federal University of Paraíba in November 2020. The theme of the intervention was the implantation of the National Common Curricular Base - BNCC in Santa Catarina - a movement that in the state is being called Implementation of the Base Curriculum of the Territory of Santa Catarina. The points that stand out and guide the organization of this article are, respectively: a brief analysis of the Brazilian and Santa Catarina curriculum policy, both seen as aligned with the internationalizing discourses of a reformist transnational agenda; the mobilization of international privatist thinking in the production of BNCC in Brazil, and finally aspects of the recontextualization of BNCC texts in Santa Catarina. Santa Catarina is said to efficiently carry out its institutional / normative task, embracing the logic of national curricular policy, with some manifestation of criticism and resistance arising especially from academia and union spaces.

Keywords: Resume. Curriculum policy. Curriculum of Santa Catarina territory. National Curriculum.

Resumen: El texto presenta la sistematización de la intervención del autor en mesa de trabajo en el IX Coloquio de Currículo y Prácticas Curriculares promovido por el Grupo de Estudios e Investigación em Políticas Curriculares (GEPPC) de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Paraíba en noviembre de 2020. El tema de la ponencia fue la implantación de la Base Curricular Común Nacional - BNCC en Santa Catarina - movimiento que en el Estado se denomina Implementación del Currículo Base del Territorio de catarinense. Los principales puntos que orientan la organización del artículo son, respectivamente: un breve análisis de la política curricular de Brasil y Santa Catarina, ambas alineadas con los discursos internacionales de una agenda reformista transnacional; la movilización del pensamiento privatista internacional en la producción de la BNCC en Brasil, y finalmente aspectos de la recontextualización de los textos de la BNCC en el territorio de Santa Catarina. Se afirma que Santa Catarina realiza eficientemente su tarea institucional/normativa, acatando la lógica de la política curricular nacional, con alguna manifestación de crítica y resistencia surgida especialmente desde los espacios académicos y sindicales.

Palabras clave: Currículo. Política curricular. Currículo base del territorio catarinense. BNCC.

1 INTRODUÇÃO

Apresento neste dossiê a sistematização do tema que elegi para discussão e aprofundamento na mesa de trabalho intitulada *Políticas Curriculares de Educação Básica: Experiências e Desafios*, atividade esta que integrou o IX Colóquio de Currículo e Práticas Curriculares, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Curriculares (GEPPC), da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O recorte que tomei para reflexão, vinculado, obviamente, à temática geral da mesa, foi o do movimento de implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC em Santa Catarina - movimento que no estado está sendo denominado *Implantação do Currículo Base do Território Catarinense*.

A análise que faço da experiência de Santa Catarina, integra-se a um estudo mais amplo iniciado em 2017 quando investiguei as implicações dos movimentos pela internacionalização da educação nas políticas de currículo para a Educação Básica brasileira¹, seguida, a partir de 2019, por uma investigação mais específica na qual busco compreender como esses movimentos (os de internacionalização) aportam e repercutem na configuração, nos discursos e nas ações do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, uma importante entidade nacional que desde 1986 vem representando, em vários âmbitos, os sistemas de Educação Básica dos estados da federação no Brasil e com forte atuação na produção e difusão de políticas curriculares.

A conexão que estabeleço entre a temática da pesquisa mais ampla (*Internacionalização das políticas curriculares da Educação Básica*), o estudo sobre as ações do CONSED e a experiência de implantação da BNCC em Santa Catarina, tem a ver com os seguintes aspectos: i) ambos os movimentos (*internacionalização e das ações do CONSED*) envolvem elementos da política curricular para a Educação

¹ Os resultados da pesquisa se encontram distribuídos em um conjunto de textos que serão listados aqui, após a aprovação, em função da necessidade de anonimato.

Básica brasileira; ii) o processo de formulação dos textos da BNCC está indiscutivelmente marcado por discursos de racionalidade internacionalizante; iii) O CONSED, entidade protagonista na formulação da BNCC, especialmente a partir do governo Temer, vem assumindo discursos nesta mesma linha (o da internacionalização), com forte articulação com setores não estatais e privados; iv) O CONSED exerce forte protagonismo nos processos de implantação da BNCC nos estados da Federação - o que também ocorre em Santa Catarina.

Foi neste quadro do movimento mais amplo, que situei minha intervenção na referida mesa, apontando aspectos da implantação do Currículo Base do Território Catarinense como importante experiência e desafio da política curricular brasileira, associando-os às influências da produção discursiva oriunda de outros contextos, inclusive os supranacionais. Neste âmbito, no artigo, apresento inicialmente uma breve contextualização do fenômeno da internacionalização e da transnacionalização na produção dos textos da política curricular para a Educação Básica, com destaque ao sistema de influências derivados da conhecida agenda global reformista sobre a produção destes documentos. Em seguida listo alguns pontos sobre a mobilização que atualmente se faz no Brasil em torno da produção das políticas curriculares, especialmente da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Finalmente aponto alguns elementos do processo político e pedagógico que marcam o movimento de implantação da BNCC no território de Santa Catarina.

2. A POLÍTICA CURRICULAR BRASILEIRA E CATARINENSE EM ALINHAMENTO COM DISCURSOS INTERNACIONALIZANTES DE UMA AGENDA TRANSNACIONAL REFORMISTA.

Vivemos tempos de orquestramentos executados em escalas transnacionais nos quais se conjugam sons de uma governança de escala global (DALE, 2004) - modelo de uma nova gestão chancelada por parcela significativa dos estados nacionais, que se arroga a formular e propor ao mundo uma agenda estruturada para a educação (DALE, 2010) e que é apresentada como pauta única para o universo global das sociedades, indicando ser este o melhor, se não o único caminho para a educação e o desenvolvimento no contemporâneo.

Um primeiro aspecto importante, tem a ver com os interesses que movem esse macrojeto visivelmente nutrido no âmbito dos chamados globalismos contemporâneos. Trata-se, evidentemente, de uma proposta de fundo político que também envolve interesses de natureza acadêmica e cultural, mas que visa fundamentalmente o fortalecimento da chamada transnacionalização das atividades de mercado, fenômeno este que marca o atual processo de globalização econômica. Como bem define Steiner-Khamsi (2004), vivemos a era da indústria global da educação, com pensamento de mercado num verdadeiro negócio transnacional.

Entre as importantes estratégias no âmbito desta governança estão, a força da chamada Nova Gestão Pública (*New Public Management* - NPG)²; as influências das redes políticas transnacionais (BALL, 2014) e o chamado Movimento Global de Reformas Educacionais (SALHBERG, 2016). Todos estimulados especialmente pelos Organismos Internacionais e articulados em torno de uma formação discursiva comum, que difunde ao mundo o que Roger Dale denominou ser uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação.

Nesse cenário se fortalecem os movimentos pela internacionalização da educação e dos currículos, especialmente os de fundo econômico, que veem a educação como mais um espaço potente e promissor de mercado. Não me refiro aqui aos movimentos de internacionalização de fundo acadêmico e cultural, perspectivas que precisam ser vistas distintamente nas suas especificidades, em função de seus princípios, estratégias e finalidades. Me refiro sim, aos movimentos supranacionais, que ancorados na sedutora narrativa da internacionalização da educação, passam a atuar também nos territórios do ensino básico, marcadamente no campo da política curricular, notadamente por meios das chamadas reformas viajantes.

São alguns exemplos dessa onda transnacional, a ampliação de grandes redes de gerenciamento

² Para mais informações sobre o conceito de NPG, sugere-se o texto. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores de Maria de Fátima Cássio, 2018.

das chamadas Escolas Internacionais, com seus IBP (*International Beccalaureate Program*) que rapidamente se espalham pelo planeta e passam a servir de inspiração como ideário na construção de modelos curriculares para redes públicas, inclusive³, e a expressiva carga de incentivo de organismos internacionais às reformas curriculares por via da produção de documentos que circulam o mundo com recomendações para os sistemas nacionais⁴.

Diante deste quadro, nenhum estranhamento para o fato de no Brasil, fazer-se a opção por uma BNCC com definição de aprendizagens essenciais baseadas em competências e um texto de reforma do Ensino Médio ancorado em conceitos instrumentais para projetos de vida e itinerários formativos⁵. Em Santa Catarina, igualmente se observa forte aderência a racionalidade destes discursos globais reformistas notadamente com a vinculação mais evidente da gestão da rede estadual de ensino às linhas político-programáticas do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e por extensão do MEC a partir do governo Temer.

Este alinhamento mais direto passa a ocorrer quando o então Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina Eduardo Deschamps (no cargo entre 2012 e 2018) e também Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de SC (desde 2011, ainda no cargo), passou a presidir o CONSED (2015-2016) coordenando, inclusive, eventos de implantação da BNCC nos estados da federação. Em 2018, já na condição de Presidente do Conselho Nacional de Educação - CNE, assumiu também a presidência da Comissão Bicameral da BNCC⁶.

Quando de sua posse como membro do Conselho Nacional de Educação - CNE, em julho de 2016, no portal da Secretaria de Estado de Educação de SC destacou-se que:

Para Deschamps é uma honra ter seu nome lembrado, principalmente em um momento tão importante para educação básica, devido as discussões sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), reformulação do Ensino Médio e formação dos professores. “Espero poder representar bem e realizar um bom trabalho para garantir relevante avanço na educação brasileira”, destaca. Além do CNE, Deschamps preside o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), e é conselheiro dos Conselhos Estadual de Educação, Consultivo do EduLab 21, mantido pelo Instituto Airton Senna, e de Governança do Movimento Santa Catarina pela Educação, mantido pela Federação das Indústrias de Santa Catarina. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2016)

Nessa linha de ação política de escala global-local, a BNCC e sua replicação nos Estados da Federação, representa apenas uma peça a mais na esteira das reformas educacionais e curriculares circulando por dentro da grande indústria educacional global a que se referiu Khamzi (2004).

3 A BNCC NO BRASIL: mobilização do pensamento internacional privatista

Os movimentos que reorientaram a formulação da BNCC no Brasil após o *impeachment* da Presidente Dilma, foram constituídos pela formação de uma potente rede política, numa espécie de

³ Para aprofundamento sugere-se o texto: Quem girou as chaves da internacionalização dos Currículos na educação básica? De Juarez da Silva Thiesen, 2018.

⁴ São exemplos: os documentos: *The definition and selection of key competencies - executive summary* (OCDE, 2005) que estabelece as competências chave para o que chama de currículo essencial, e o *Projeto Educação 2030 (The Future of Education and Skills, 2015-2018)*, que entre outras coisas, propõe: uma matriz conceitual de aprendizagem; a criação e condução de um currículo supranacional que define quais conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores serão essenciais no Século XXI e, ainda, o que os estudantes precisariam dominar para prosperar e moldar as suas vidas e o mundo em 2030.

⁵ Mais informações sobre estes dois conceitos trazidos na chamada Reforma do Ensino Médio, podem ser encontrados no Documento: Coletânea de materiais produzido pela Frente currículo e novo ensino médio do CONSED, 2020.

⁶ Eduardo Deschamps foi ainda Membro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2017-2018).

governança multi-institucional de racionalidade instrumental, conservadora e ultraconservadora, tecida por representação de igrejas, da indústria, dos serviços, de outras organizações não estatais e do próprio estado. Uma onda, que fortalecida pelo bolsonarismo e associada ao desejo liberal de reformismo no Estado, articulou ainda mais os espaços da política com os da economia e da educação.

É de amplo conhecimento que a mobilização das principais forças políticas conduzida nessa direção especialmente pelo poder executivo e pelo congresso, foi suficiente para romper com projeto educativo brasileiro em marcha desde a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, não apenas quebrando sua continuidade, mas buscando desqualificar alguns de seus princípios, conceitos e estratégias.

São alguns dos exemplos dessa escuridão promovida no atual quadro educacional no Brasil: os recentes cortes no orçamento para a educação; o desmonte de ações e projetos que se encontravam em andamento no MEC; toda uma sequência de atos que interrompem direitos e conquistas históricas da educação básica pública como é o caso do recente decreto que institui a chamada *Nova Política de Educação Especial* (MEC, 2020). É nesse cenário sombrio onde se movem tanto a reorientação política e pedagógica na formulação das versões finais da BNCC do Ensino Fundamental e Médio e sua implantação nos estados da federação, quanto a decretação do texto da Reforma do Ensino Médio e sua aplicação dos sistemas de ensino.

No caso da BNCC, o protagonismo do CONSED tem sido marcante e mobilizado notadamente por três eixos de ação: pelo uso indiscriminado dos discursos internacionalizantes, especialmente os que difundem reformas curriculares recomendadas pelos organismos internacionais com o argumento da qualidade da educação por evidências, resultados e melhores práticas internacionais; pelas parcerias com setores privados assumidas institucionalmente, e ainda pela tarefa de coordenação do processo de implantação da BNCC nos estados, estimulado, inclusive, pela ausência do MEC no processo.

4 A RECONTEXTUALIZAÇÃO DA BNCC NO TERRITÓRIO CATARINENSE

Em Santa Catarina, a intensa presença da gestão da rede estadual de ensino, especialmente representada nestes últimos anos, pela presença do ex-Secretário de Educação Eduardo Deschamps dos espaços de decisão política em nível nacional, pode indicar certa distinção ou mesmo destaque do Estado, tanto nos processos de implantação da BNCC quanto no chamado Novo Ensino Médio.

Nos ambientes da mídia, essa distinção parece ter ficado evidente:

Santa Catarina sedia primeira audiência pública da BNCC do Ensino Médio nesta sexta-feira, 11, maio, 2018. O Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado que assessoria o Ministério da Educação, vai iniciar, nesta sexta-feira, 11, em Florianópolis, o ciclo de audiências públicas nas cinco regiões do Brasil para debater a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Etapa do Ensino Médio. (CONSED, 2018a)

Governador e secretário da Educação de SC são agraciados com Ordem Nacional do Mérito Educativo. Ao fazer a abertura da cerimônia, o ministro da Educação citou o exemplo de Santa Catarina ao voltar os seus esforços para a evolução e o desenvolvimento da educação. (CONSED, 2018b)

Secretário de Educação Básica do MEC conhece boas práticas de escolas da Grande Florianópolis. Conhecer um pouco mais sobre a realidade da Educação em Santa Catarina para usar como referência. Esse foi o intuito da visita do secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Jânio Macedo à Grande Florianópolis, nesta quarta-feira, (CONSED, 2019)

Com boas doses de estimulação e com um governo visivelmente alinhado ao que poderíamos chamar *novas redes políticas nacionais*⁷ Santa Catarina faz eficazmente sua tarefa de casa. E o faz sem

⁷ Inspiração no que Stephen Ball denomina novas políticas redes transnacionais (BALL, 2014)

maiores resistências seja da sociedade mais ampla, seja da comunidade educacional e escolar. No âmbito dessa rede política, construiu uma consistente base de apoio, com instituições importantes tais como: a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, a Federação Catarinense de Municípios - FECAM, a Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC, o Sistema denominado Associação Catarinense de Fundações Educacionais - ACAFE que reúne as Universidades Comunitárias do Estado, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME e com o próprio Conselho Estadual de Educação - CEE.

Entre as principais ações desencadeadas para o processo de implantação da BNCC no Estado estão respectivamente: a criação da Comissão Executiva Estadual da BNCC em 2015, coordenada pela Secretaria de Estado da Educação - SED; a criação do Comitê Executivo, também em 2015, em regime de colaboração com a SED, a UNDIME, a FECAM, o CEE e a UNCME; a criação da Coordenação Estadual da BNCC também em 2015; a realização de eventos visando a formulação do texto oficial do “Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense” (CEE, 2019); o Parecer 117/2019 do CEE/SC que aprova do Currículo Base do Território Catarinense (CEE, 2019a); a Resolução 070/2019 do CEE/SC que homologa o texto do Currículo Base do Território Catarinense (CEE, 2019b); as publicação de “orientações para a implantação do Currículo Base da Ed Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense” (CEE, 2019c), e a organização, pela SED e CEE, das Consultas Públicas sobre o documento do Currículo do Território Catarinense nas três etapas de ensino.

Este processo, como vimos, possui contornos pedagógicos e políticos e move-se no território do Estado sem maiores intercorrências, obstáculos ou contrapontos evidentes. Mesmo sem alcançar força suficiente para atuar como mecanismos efetivos de resistência, tampouco para alterar encaminhamentos oficiais, nota-se haver alguns pontos de crítica, notadamente os advindos de espaços acadêmicos, em especial das universidades públicas e de setores sindicais do Estado.

Embora ainda não haja pesquisas sobre as ações de implantação da BNCC em Santa Catarina, julgo ser possível afirmar, dado meu envolvimento acadêmico e de investigação do tema da política curricular em Santa Catarina, que as críticas relacionadas aos conteúdos e aos modos com a BNCC está sendo implantada no Estado, em geral, podem ser colocadas resumidamente nos argumentos que listo a seguir.

A recontextualização da BNCC no território catarinense, na medida que reafirma conceitos de racionalidade instrumental contidos no documento nacional, promove certo apagamento dos princípios e fundamentos construídos durante quase 30 anos de produção e discussão da chamada Proposta Curricular de Santa Catarina⁸, um trabalho coletivo dos profissionais da educação do Estado edificado sobre outra perspectiva teórica, que vai sendo silenciado para ganhar voz os rarefeitos fundamentos do texto do Currículo Base.

Ainda que o grupo de formuladores documento do Currículo Base do Território Catarinense tenha feito algum esforço para acolher certos conceitos da Proposta Curricular de Santa Catarina, a reprodução, no documento do Estado, de um conjunto de competências e habilidades propostas na BNCC nacional, mantendo-se a mesma lógica de prescrição para as trajetórias formativas na Educação Básica, representa uma perda considerável em termos de autonomia curricular para as redes de ensino.

Somam-se as demais críticas, o fato de a produção das últimas versões dos textos da BNCC, tanto do ensino fundamental quanto médio, terem sido finalizadas em espaços de gestão conservadora durante o governo Temer; de o texto base do território catarinense representar o fortalecimento de estratégias de regulação curricular no estado com conseqüente perda de autonomia escolar e docente e, ainda, a possibilidade de os textos da Base passarem a ser considerados por gestores das redes como ‘o currículo’, ainda que, oficialmente diga-se que não. Tudo isso, associado à possibilidade de abertura de espaços ainda mais amplos para a comercialização dos chamados pacotes privados de soluções curriculares para as redes.

PALAVRAS FINAIS

⁸ Sobre a Proposta Curricular de Santa Catarina e seu processo histórico de produção, sugere-se a leitura do livro: Política Curricular: discursos, contextos e práticas (2013)

Pesquisas que analisam a produção e os conteúdos dos textos da BNCC (LOPES, 2018; SILVA, 2018; MELO e MAROCHI, 2019) convergem em vários pontos quando concluem que os limites dessa prescrição curricular comum são mais evidentes que os avanços que podem representar para a Educação Básica brasileira. Aspectos mais gerais que os trabalhos destacam neste sentido são notadamente: possível perda da autonomia das redes de ensino na produção de suas próprias políticas curriculares, possível redução do amplo espectro da formação humana escolar básica à apropriação de um conjunto de habilidades e competências, em geral, alinhadas ao mundo da produção capitalista de mercado; possível redução da autonomia e do protagonismo docente - conquista que nestas últimas décadas foi sendo reconhecida por meio de concepções coletivas do trabalho escolar. Tudo isso, somado a um possível deslocamento do sentido da formação humana já reconhecida como uma construção cultural contínua, complexa, subjetiva, diversa, etc., para uma atividade de caráter mais técnico, instrumental, de esforço próprio e de mérito individual.

Dadas as estratégias estabelecidas pelos gestores nas diferentes esferas de poder para a implantação da BNCC nos estados da federação e nos municípios, não é difícil supor que seus textos recontextualizados nestes espaços não sofrerão significativas mudanças, pelo menos do ponto de vista das racionalidades epistêmica e pedagógica que sustentam os documentos nacionais.

Em Santa Catarina, o quadro não é diferente. A difusão eficientemente articulada dessa construção discursiva nos eventos de implantação da Base, vem produzindo evidente confusão conceitual no interior dos coletivos das redes. Embora os textos de âmbito nacional carreguem a marca da filosofia liberal e de um corte pedagógico mais instrumental, os discursos dos difusores (diga-se consultores) são orientados para o acatamento de toda a construção conceitual feita historicamente em outras perspectivas teóricas.

Essa estratégia fica evidente nos eventos de formulação do texto do Currículo Base do Território Catarinense. Observa-se que conceitos nucleares que compõe a Proposta Curricular de Santa Catarina ancorados na teoria histórico-cultural, na psicologia social e nas pedagogias de filiação crítica, são recortados e trazidos para o texto da Base sem maior consistência em termos de fundamento.

Do meu ponto de vista, nestes tempos tão difíceis e de retrocessos, o que está em risco é garantia de algumas conquistas resultantes de duras lutas históricas dos coletivos de professores brasileiros e particularmente de catarinenses, em especial a construção de políticas curriculares de base democráticas, inclusivas, laicas, críticas, plurais e comprometidas com o sentido amplo da formação humana.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa, Brasil: UEPG, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETRÁRIOS DE EDUCAÇÃO – CONSED. **Coletânea de Materiais.** Frente currículo e novo ensino médio do CONSED, 2020. Disponível em: <http://www.consed.org.br/consed/gt-ensino-medio/documentos-do-ensino-medio>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETRÁRIOS DE EDUCAÇÃO - CONSED. **Santa Catarina sedia primeira audiência pública da BNCC do Ensino Médio nesta sexta-feira**, 11. Notícias, maio, 2018a. Disponível em: <http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/santa-catarina-sedia-primeira-audiencia-publica-da-bncc-do-ensino-medio-nesta-sexta-feira-11>. Acesso em: 20 nov.2020.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETRÁRIOS DE EDUCAÇÃO - CONSED. **Secretário de Educação Básica do MEC conhece boas práticas de escolas da Grande Florianópolis.** Notícias, agosto, 2019. Disponível em: <http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/secretario-de-educacao-basica-do-mec-conhece-boas-praticas-de-escolas-da-grande-florianopolis-5>. Acesso em 14 nov.2020.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETRÁRIOS DE EDUCAÇÃO- CONSED. **Governador e secretário da Educação de SC são agraciados com Ordem Nacional do Mérito Educativo.** Notícias, março, 2018b. Disponível em: <http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/governador-e-secretario-da-educacao-de-sc-sao-agraciados-com-ordem-nacional-do-merito-educativo>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação (Porto Alegre)**, v. 41, n. 1, p. 66-73, jan.-abr. 2018.

DALE, Roger. A sociologia da educação e o estado após a globalização. Campinas, **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out/dez. 2010.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? Campinas: **Educação e Sociedade**, v.25, n.87, p. 423-460, 2004.

LOPES, Alice CASIMIRO. Apostando na produção contextual do currículo. In: Aguiar, Márcia Angela & Dourado, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014 -2024**. Goiânia, ANPAE, 2018.

MELO Alessandro e MAROCHI, Ana Claudia. Cosmopolitismo e performatividade: categorias para uma análise das competências na Base Nacional Comum Curricular. Belo Horizonte: **Educ. rev.** vol. 35, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto 10.502**, setembro, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 30 nov.2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Definition and Selection of Competencies: Theoretical and Conceptual Foundations DeSeCo**. 2001. Disponível em: <http://www.oecd.org>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Future of Education and Skills 2030: Conceptual learning framework - Student Agency For 2030**. OCDE, 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org>. Acesso em: 12 mai. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **The definition and selection of key competences: executive summary**. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SAHLBERG Pasi. The Global Educational Reform Movement and Its Impact on Schooling. In: MUNDY Karen et all. **The Handbook of Global Education Policy**. Wiley-Blackwell, 2016.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. CEE, 2019c. **Orientações para a implantação do Currículo Base da Ed Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 117/2019/ CEE/SC**. CEE, 2019a. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 20 nov.2020.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução 070/2019 do CEE/SC**. CEE, 2019b. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 22 nov.2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Secretário da Educação será empossado conselheiro do CNE**. Imprensa. 08 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/27288-secretario-da-educacao-sera-empossado-conselheiro-do-cne>. Acesso em: 02.10.2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Território Catarinense**. CEE, 2019. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 20 nov.2020.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: O resgate de um empoeirado discurso. Belo Horizonte: **Educação em Revista**, v.34, e214130, 2018.

STEINER-KHAMSI, Gita. Globalization in Education: Real or imagined? In: STEINER-KHAMSI Gita. (Org). **The politics of educational borrowing and lending**. New York: Teachers College Press, 2004.

STEINER-KHAMSI, Gita. Knowledge-Based Regulation and the Politics of International Comparison.

Nordisk Pedagogik, v.29, p. 61–71, 2009.

STEINER-KHAMSI, Gita. Reterritorializing educational import: explorations into the politics of educational borrowing. In: NÓVOA, António. e LAWN, Martin. (Orgs). **Fabricating Europe: the formation of an education space**. London: Kluwer, 2002.

STEINER-KHAMSI, Gita. The economics of policy borrowing and lending: a study of late adopters. **Oxford Review of Education**, n.5, p. 665-678, 2006.

THIESEN, Juarez da Silva. Currículos da educação básica brasileira: convergências com o discurso educacional global em contextos de internacionalização. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 420-436, abr./jun., 2019.

THIESEN, Juarez da Silva. **Política curricular: discursos, contextos e práticas**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

THIESEN, Juarez da Silva. Quem girou as chaves da internacionalização dos currículos na Educação Básica? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, 2018.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).